



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 187/XII/ 3.ª SL

Aos 12 dias do mês de março de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 184/XII e 185/XII, relativas às reuniões de 5 e 7 de março de 2014

2. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 517/XII/2.ª (BE) – Recomenda ao Governo que apoie a recuperação do Mercado do Bolhão respeitando os comerciantes e as características arquitetónicas do mercado

3. Outros assuntos

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 184/XII e 185/XII, relativas às reuniões de 5 e 7 de março de 2014

Submetidas à votação, foram as atas n.ºs 184/XII/3.ª e 185/XII/3.ª, relativas às reuniões de 5 e 7 de março de 2014, aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

2. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 517/XII/2.ª (BE) – Recomenda ao Governo que apoie a recuperação do Mercado do Bolhão respeitando os comerciantes e as características arquitetónicas do mercado

Submetida a informação à apreciação dos Deputados e não tendo havido qualquer sugestão de alteração, foi a mesma dada como conforme e o Senhor Presidente anunciou que seria enviada à Senhora Presidente da Assembleia da República, para



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 187/XII/ 3.ª SL

que o Projeto de Resolução n.º 517/XII/2.ª pudesse ser submetido a votação na sessão plenária do dia 14 de março.

3. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou que na reunião da Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares pretendia abordar a questão da realização de colóquios promovidos por entidades externas na Assembleia da República, porque a situação atual colocava os Deputados numa posição ingrata, por não poderem estar presentes em tantas atividades, e para defender que a Assembleia da República deveria centrar a sua atividade nesta área na realização de audições, sendo a Assembleia da República a decidir quem pretende ouvir. Informou também que iria defender que se deveria privilegiar a realização de colóquios promovidos pelas comissões e, no que tocava a audições conjuntas, se deveria ser muito mais criterioso na sua realização.

O Senhor Presidente lembrou ainda que na sexta-feira seguinte ir-se-ia realizar uma audição com oito entidades, e que, em seu entender, não se poderia conceder menos do que 10 minutos a cada entidade para uma intervenção inicial, pelo que a reunião se iria prolongar pela tarde.

Informou também que iria tentar marcar a audição do Coordenador do Grupo de Trabalho – Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado para a quarta-feira seguinte e propôs que se tentasse fazer a audição do Ministro da Economia no âmbito do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento e na sequência dos requerimentos aprovados numa mesma reunião.

A propósito deste último ponto intervieram os Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), para aceitar que se fizesse uma audição apenas na sequência dos vários requerimentos aprovados mas discordar que essa audição fosse realizada depois da audição regimental; Bruno Dias (PCP), para defender que as audições decorrentes de requerimentos deveriam ser realizadas antes da audição regimental; e Nuno Matias (PSD), para considerar positivo que o PS não se opusesse à realização de uma audição para as matérias pendentes em resultado de requerimentos



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 187/XII/ 3.ª SL

aprovados, lembrar que a audição sobre a reorganização do Porto de Lisboa implicava a audição de mais dois ministros, mas, tendo em conta a alteração das circunstâncias, o PSD propunha ouvir apenas o Ministro da Economia sobre esta matéria, o que podia ocorrer até durante a audição regimental, e concluir que, tendo em conta o encadear de audições pendentes, deveria haver bom senso no que toca ao seu agendamento e dever-se-ia repensar para o futuro a aprovação de tantos requerimentos.

Tendo em conta estas intervenções, o Senhor Presidente propôs-se então marcar uma audição com o Senhor Ministro da Economia sobre as matérias pendentes, no decurso de requerimentos aprovados, devendo entretanto fazer-se uma grelha de tempos apropriada para esta audição, e manter a audição regimental na data já agendada, proposta esta que mereceu a aprovação dos presentes.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou ainda ao Senhor Presidente que na reunião da Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares salientasse a diferença entre os colóquios promovidos por entidades externas à Assembleia da República, nos quais esta apenas disponibiliza o espaço, daqueles que são da iniciativa das comissões e que, no que tocava às audições conjuntas, deveria realizar-se menos audições conjuntas e as comissões promotoras da audição deveriam apenas enviar convite às outras comissões para participarem na medida da sua disponibilidade.

A reunião foi encerrada às 11:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de março de 2014.

O PRESIDENTE

(PEDRO PINTO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 187/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Valter Ribeiro
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Leite Ramos
Mariana Mortágua

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Heloísa Apolónia
Odete Silva
Pedro Nuno Santos